

ACTA N.º 029/2004

**REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA PÚBLICA DA CÂMARA MUNICIPAL
CELEBRADA EM TREZE DE DEZEMBRO DE DOIS MIL E QUATRO**

UM - INTRODUÇÃO

Aos treze dias do mês de Dezembro de dois mil e quatro, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, pela hora designada, reuniu ordinariamente a Câmara Municipal estando presentes, para além do Sr. Presidente, o Sr. Vice-Presidente, os Vereadores Srs. Pedro Lobo Antunes, Mário Folgado Mota, João Carlos Marques Quaresma de Oliveira e Carlos António Lopes Tomé, verificando-se a ausência de João Henrique Ferreira da Silva, convocado nos termos do n.º 4 do art.º 76º da Lei n.º 169/99, de 18/9, com a sua redacção actual, tendo em vista a substituição do Vereador Sr. Octávio Oliveira.

Aberta a reunião, foram de seguida tratados os assuntos constantes da Ordem do Dia estabelecida pelo Sr. Presidente, ao abrigo do artigo dezoito do Código do Procedimento Administrativo, a qual foi entregue a todos os membros com a antecedência devida e que a seguir se transcreve.-----

DOIS - CORPO DA ACTA

ASSUNTOS CONSTANTES DA ORDEM DO DIA

Gabinete da Presidência

1. Apreciação e eventual aprovação da proposta de Orçamento e Grandes Opções do Plano para 2005.

ORÇAMENTO E GRANDES OPÇÕES DO PLANO/ 2005 - PROPOSTA

Foram presentes, para apreciação e eventual aprovação, as propostas de Orçamento e Grandes Opções do Plano do Município para o ano de 2005.

A proposta de **Orçamento** apresentada ascende tanto na parte da Receita como na da Despesa a cinquenta e seis milhões duzentos e trinta e quatro mil setecentos e nove euros e dezanove cêntimos, sendo:

- **Receitas Correntes**: vinte e três milhões cento e trinta e nove mil trezentos e setenta e três euros e quarenta e nove cêntimos.

- **Receitas de Capital**: trinta e três milhões noventa e cinco mil trezentos e trinta e cinco euros e setenta cêntimos.

-**Despesas Correntes**: vinte milhões quatrocentos e vinte e cinco mil setecentos e cinquenta e um euros e dezoito cêntimos.

- **Despesas de Capital**: trinta e cinco milhões oitocentos e oito mil novecentos e cinquenta e oito euros e um cêntimos.

As Grandes Opções do Plano totalizam trinta e quatro milhões seiscentos e setenta e seis mil cento e trinta euros e cinquenta e oito cêntimos, sendo que o Plano Plurianual de Investimentos importa em trinta e dois milhões quinhentos e setenta e quatro mil quatrocentos e sessenta euros e dezassete cêntimos e o Plano das Actividades Mais Relevantes da Gestão Autárquica, em sete milhões novecentos e noventa e sete mil novecentos e vinte e sete euros e dois cêntimos.

Deliberação N° 812 (13/12/2004):

Submetidas a votação as propostas de Orçamento e Grandes Opções do Plano do Município para o ano de 2005, foram as mesmas aprovadas, por maioria absoluta, com quatro votos favoráveis do Sr. Presidente, dos Vereadores Srs. Pedro Ferreira, Lobo

Antunes e Mário Mota e dois votos contra dos Vereadores Srs. João Quaresma e Carlos Tomé.

As propostas ora aprovadas vão ser submetidas à apreciação e eventual aprovação da Assembleia Municipal, de acordo com o previsto na al. c) do nº 2 do artº 64º da Lei 169/99, de 18/9, com as alterações introduzidas pela Lei nº 5-A/2002, de 11/1.

Esta deliberação foi aprovada em minuta, para efeitos imediatos.

O **Vereador Sr. Carlos Tomé** justificou o seu sentido de voto, nos seguintes termos:

“1. O Plano de Actividades e Orçamento são os documentos fundamentais para a gestão municipal, pelo que devem ser elaborados com o maior rigor possível. O Plano não pode ser um mero rol de carências do município com projectos que muitas vezes não passam de boas intenções e que se vão arrastando de ano para ano sem data de concretização à vista. O Orçamento deve prever com realismo e rigor as receitas a arrecadar pelo município e as despesas a realizar.

Com efeito a credibilidade destes documentos deve estar acima de qualquer suspeita, para que não ponham em causa a própria credibilidade da gestão municipal.

Infelizmente estes documentos de gestão têm sido muito maltratados nos últimos anos pela Câmara mantendo as características negativas e fundamentais que os tornam irrealista e pouco rigorosos.

2. O Plano de Actividades para 2005 contém algumas apostas, realçadas pelo próprio Presidente, que se consubstanciam nos aspectos a seguir indicados.

A esmagadora maioria das obras mais significativas para 2005 serão realizadas na cidade.

Nos últimos anos foram realizadas cerca de 12 grandes obras na cidade, de entre as quais se destaca a Avenida 8 de Julho, Avenida Andrade Corvo, Via das Cotôas, Via Circular Interior, Avenida 25 de Abril, Jardim das Rosas e Mercado Municipal. Para além dessas estão em curso também na cidade algumas das mais vultuosas obras, como sendo as Piscinas, Biblioteca, Palácio dos Desportos, Cine-Teatro Virgínia, a remodelação da Rua Cândido dos Reis, da Rua Serpa Pinto e Atriz Virgínia, Largo General Humberto Delgado.

Para além dessas obras estão ainda previstas outras tantas, também na cidade, como por exemplo a Torrenova, Paços do Concelho, edifício da Lezíria, Auditório Municipal, Ciência Viva e Museu Etnográfico.

Ora, parece absolutamente evidente que as apostas fundamentais, não só nos últimos anos mas também no próximo, serão feitas na cidade, em detrimento do restante território concelhio. O desenvolvimento está apenas a ser pensado para um único espaço territorial, de tal modo que para o restante território basta a pavimentação de estradas para satisfazer as populações. E é isso que se prevê. A pavimentação de algumas estradas nas aldeias leva o grosso do investimento, numa visão puramente eleitoralista, própria de quem defende a máxima “*o povo quer é alcatrão*” muito do agrado da maioria que gere a Câmara.

Assim, do essencial deste Plano de Actividades se retira que a aposta fundamental continua a ser quase exclusivamente virada para a cidade em total esquecimento do restante território concelhio.

3. Por outro lado, continuam a existir sectores da vida no concelho cuja aposta municipal deveria ser muito mais relevante e que se mantém no mais puro esquecimento, como sejam os casos da *educação*, do *planeamento urbanístico* e do *saneamento*.

Relativamente à educação sempre se dirá que deveria ser um sector em que o município deveria apostar mais profunda e seriamente. Há alguns anos o Presidente declarou a sua paixão pela educação. No entanto a avaliar pelas apostas que têm sido feitas e que vão continuar a ser, essa paixão há muito que se encontra completamente gelada.

Com efeito, não existe nada de concreto previsto para a concretização prática da Carta Educativa, a qual se traduziu num importante documento aprovado por unanimidade no executivo mas que precisa de ser aplicado na prática mediante uma aposta séria, coerente e substancial da Câmara na educação. Acresce que nesta área deveria haver um apoio municipal forte, coerente e duradouro aos projectos educativos, mas tal apoio tem sido escasso ou mesmo nulo, não sendo diferente o panorama quanto ao planeamento educativo, aspectos que, infelizmente, se irão manter no próximo ano.

4. No sector do planeamento urbanístico, continuamos a assistir a uma escassez de investimento nesta área, em detrimento de uma postura que deveria considerar o planeamento com um aspecto fundamental para um correcto ordenamento do território e de desenvolvimento equilibrado de todo o município. Aliás, este trata-se também de um sector há muito esquecido pela Câmara, que não tem colocado como prioritária a elaboração de planos de urbanização e de pormenor. A este respeito basta verificar a quantidade de anos sucessivos durante os quais estes

planos de ordenamento têm vindo a ser prometidos, mas depois acabam por ser sistematicamente metidos na gaveta.

5. Finalmente, outro sector que já há muitos anos deveria ter merecido uma atenção séria e profunda da autarquia mas tem vindo a ser sistematicamente relegado para plano secundário, é o do saneamento.

Os investimentos indispensáveis neste sector vão, infelizmente, continuar a ser adiados, sendo certo que a situação agora está mais agravada em resultado da concessão do sector a uma empresa privada, contra a qual me opus frontalmente. Isto é, a Câmara já não faz investimentos de monta no saneamento desde que há uns anos pensou em alijar essa responsabilidade para terceiros. Mas como o processo de concessão se encontra bastante atrasado e é muito complexo e moroso, não se vislumbra que possa ser realizado qualquer investimento significativo neste sector dentro dos próximos 4 ou 5 anos. E até lá os problemas vão continuando a agravar-se cada vez mais. Basta referir a este respeito que estão previstas 10 obras de saneamento que têm apenas previstos 500 €, pelo que, obviamente, não serão realizadas. Está neste caso o saneamento de Parceiros de S. João, Árgea, Boquilobo, Chancelaria, Outeiro Grande, Assentis, Casais de Igreja, Liteiros e Mata.

6. É evidente que para um Plano de Actividades se mostrar realista, isto é, para que se apresente como exequível tem que existir um suporte financeiro. Neste âmbito o Orçamento deveria reflectir a máxima seriedade, traduzindo as verbas que se prevê arrecadar e com as quais se fará face aos investimentos previstos.

No entanto, este Orçamento continua a padecer dos mesmos males dos documentos de anos anteriores. As receitas estão empoladas em níveis verdadeiramente inadmissíveis para um documento desta importância. E para chegar a esta conclusão não é necessário grandes exercícios de contabilidade, bastando para isso comparar o Orçamento de 2004 com a sua efectiva execução.

E nesse sentido, comecemos pelos totais das receitas orçamentadas. O Orçamento prevê 56.234.709 € de receitas, o que é de facto um autêntico exagero, pois em 2003 foram orçamentadas receitas no valor de 45,835 milhões de euros, mas apenas se arrecadaram 21,898 milhões de euros, ou seja 44,7% do previsto. Em 2004 previram-se 49.787.436 € de receitas, mas apenas se receberam 21,392 , ou seja 42% do previsto. Para 2005 estão previstas receitas no valor de mais de 56,234 milhões de euros, o que significa um aumento de mais de 6 milhões de euros, ou seja mais de 12%, relativamente ao Orçamento anterior.

Qual é a credibilidade desta previsão, se os factos demonstram que apenas se recebe pouco mais de 40% do previsto ?

Mas para melhor se avaliar do enorme empolamento das receitas que desvirtua completamente o Orçamento, vejamos alguns casos. Na rubrica *loteamentos e obras* do orçamento de 2004 estavam previstos 782 mil euros e apenas se arrecadaram 324 mil, ou seja 41% desse valor.

Para 2005 aquele valor de previsão sobe para 2,086 milhões de euros, o que significa um espantoso aumento de 166% !!! Na rubrica *taxas, multas e outras penalidades* do Orçamento de 2004 estavam previstos 1.538 milhões de euros, mas apenas se receberam 468 mil euros, ou seja 30% do previsto. No Orçamento de 2005 o valor de previsão sobe para 2,112 milhões de euros, o que significa um aumento de 37% em relação ao previsto no ano passado.

Finalmente, o sempre eterno caso dos terrenos volta a manifestar-se neste Orçamento. No ano transacto foram orçamentadas receitas provenientes da venda de terrenos de 12,848 milhões de euros, mas apenas se receberam 258 mil euros, ou seja 2% do previsto. E como se tal previsão não fosse suficiente, para 2005 orçamentaram-se 13,857 milhões de euros, pelo que houve um acréscimo de 7% relativamente ao previsto no ano anterior.

7. Claro que tais previsões nunca poderão ser meros lapsos técnicos de orçamentação, antes correspondem a determinações políticas conscientes de inflacionamento de verbas. Com previsões destas nunca será possível afirmar-se que o Orçamento é realista. Todos estes valores são de facto um inadmissível exagero, o qual é confirmado ano após ano pelos documentos da respectiva execução orçamental. Só por si, estes exemplos bastavam para que se considere este Orçamento como sendo profundamente irrealista e ilusório, destinado essencialmente a criar a ilusão de existir cobertura para as despesas previstas.

Deste modo e por tudo isto, voto contra o Plano de Actividades e Orçamento para 2005.”

O Vereador Sr. João Quaresma apresentou a seguinte declaração de voto:

"A proposta de Orçamento apresentada ascende tanto na parte da Receita como na da Despesa a cinquenta e seis milhões duzentos e trinta e quatro mil setecentos e nove euros e dezanove cêntimos, sendo:

- **Receitas Correntes:** 23.139.373,49€

- **Receitas de Capital:** 33.095.335,70€

- **Despesas Correntes:** 20.425.751,18€

- **Despesas de Capital:** 35.808.958,01€

A análise ao plano de actividades e orçamento para o ano de 2005 deve interligar-se ao cumprimento do plano plurianual de investimentos. Esta interligação permite uma maleabilidade conjuntural de realização de obra, a qual tem uma durabilidade mínima de quatro anos.

Tal facto permite que obras apresentadas e debatidas de há três ou mais anos atrás surjam em sucessivos planos de actividades, prevendo-se só agora (e mais uma vez) a sua concretização. Outras obras existem que apesar de previstas nos sucessivos planos de actividade, apesar de apresentadas na parte final do anterior mandato autárquico, continuam sucessivamente de plano em plano de actividades, desconhecendo-se o momento em que se realizarão.

São exemplos as obras a realizar na Praça do Peixe (Futuro Auditório Municipal) e a instalação em definitivo do Museu Etnográfico.

Por outro lado, não deixa de ser verdade que muitas das obras que se prevêem realizar no ano de 2005, das que sucessivamente são reclamadas pelas Juntas de Freguesia, tem vindo a ser nos últimos três anos arrastadas no tempo, algumas sucessivamente previstas em planos de actividade e orçamento, mas que só agora merecem verdadeira dotação orçamental.

Enfim, após três anos orçamentos e planos de actividades, em que os vereadores eleitos pelo Partido Social Democrata tanto o solicitaram (obra nas freguesias); após as Juntas de Freguesia tanto o exigirem, a proximidade do acto eleitoral autárquico de 2005 assim o impôs.

Surgem neste plano de actividades um conjunto de obras a realizar, essencialmente de pavimentação, em praticamente todas as Freguesias do Concelho de Torres Novas. As estradas e arruamentos ditam em grande parte as obras a realizar nas Freguesias do Concelho de Torres Novas.

Mantêm-se em aberto diversas rubricas no que ao saneamento básico diz respeito, muito embora seja discutível a verdadeira intenção de realização da Câmara Municipal (executivo PS) relativamente à execução do previsto e orçamentado.

Surgem assim, apenas e só no último ano de mandato, diversas obras a executar nas Freguesias, isto é fora da cidade de Torres Novas.

Sem prejuízo do orçado para a realização destas obras nas Freguesias, continua a ter grande impacto e influência no orçamento, as grandes obras já em curso deste mandato eleitoral:

- Palácio dos Desportos
- Cine - Teatro Virgínia
- Biblioteca Municipal
- Piscinas Municipais

Saliente-se que a grande vertente da despesa destas obras incide e tem reflexos só neste último ano de mandato, consumindo assim, boa parte do investimento da Câmara Municipal de Torres Novas para o ano de 2005.

O Plano de actividades de 2005 é assim fortemente marcado e condicionado pelas eleições autárquicas de Outubro do ano de 2005.

Na prática o Orçamento e o Plano de Investimentos para 2005 constituem o exercício de mágica política a que estamos habituados: empolamento de receitas a níveis irrealistas e impossíveis de concretizar para no presente empolar as perspectivas de realização de investimentos e obras e poder fundamentar as promessas, que não se concretizarão; concomitantemente o menor empolamento da previsão das despesas correntes, associadas ao funcionamento, constitui a margem de manobra necessária para a gestão despesista e para alimentar o sistema.

Dá-se continuidade à conhecida receita com que o poder socialista se alimenta e sustenta: elevadas despesas com pessoal decorrentes de um número de funcionários que não parou de crescer mesmo quando se assistiu a uma vaga de aposentações e no mesmo momento em que muitos serviços municipais eram entregues a empresas prestadoras de serviço, numa habilidosa gestão da clientela; ausência de políticas promotoras da afirmação e vitalidade social nos domínios da cultura, arte, associativismo, desporto ou juventude, o que é mascarado com a atribuição de uns dinheiritos, na lógica da subsidio dependência, em momentos especiais de crises de tesouraria das instituições e muitas vezes de uma forma apressada, em que na falta de tempo de outro critério, usam-se os valores atribuídos em anos anteriores; cultivo do fausto, decorrente do acessório, na realização dos investimentos urbanos em contraponto com o desprezo à vida rural, nas aldeias; subversão de valores ao privilegiar o acessório em detrimento de assuntos básicos, fundamentais para a qualidade de vida, como o saneamento básico; o princípio é não olhar a meios para atingir os fins, nem que isso signifique no presente contrair uma enorme dívida que os vindouros terão que pagar, quem vier que feche a porta.

O PSD tem o dever de expressar veementemente a sua oposição a esta política, que se traduz no voto contra estes documentos.

Afim de justificar esta nossa posição resta-nos fazer uma breve análise de pormenor aos reais contornos destes documentos fundamentadores da falência da gestão socialista.

No Orçamento de 2004 foi previsto arrecadar 49,787 milhões de euros, sendo que quase no final do ano estavam arrecadados apenas 21,392 milhões de euros, o que representa que a previsão estava cumprida em 42, 97 , nem sequer chegava aos 50; no entanto a previsão da receita a arrecadar em 2005 merece ainda um acréscimo de cerca de 13 , situando-se a previsão nos 56, 234 milhões de euros.

No Orçamento de 2004 foi previsto arrecadar 30,5 milhões de euros em Receitas de Capital, sendo que quase no final do ano estavam arrecadados apenas 5,8 milhões de euros, o que representa que a previsão estava cumprida em 19,06 , nem sequer chegava aos 20; no entanto a previsão da receita de capital a arrecadar em 2005 merece ainda um acréscimo de cerca de 8 , situando-se a previsão nos 33,09 milhões de euros.

As previsões constantes do Orçamento de 2005 em Impostos Indirectos, designadamente em Loteamentos e Obras, em Taxas, e muito particularmente em Venda de Bens de Investimento não merecem qualquer credibilidade.

No Orçamento de 2004 foi previsto realizar uma despesa total de 49,787 milhões de euros, sendo que quase no final do ano estavam estabelecidos compromissos correspondentes aos cabimentos de apenas 40,523 milhões de euros, e no que mais importa, de despesa paga no valor de 21,040 milhões de euros, o que representa uma execução de 42,26 ; ainda assim a previsão da despesa total suplanta a previsão de 2004 alcançando o valor de 56, 324 milhões de euros.

Sendo este o panorama irreal da despesa total, a situação ainda é mais grave quando analisada a natureza da despesa, pois um menor cumprimento das previsões nas despesas de capital significa um menor investimento em infraestruturas e benefícios e um maior cumprimento relativo das previsões nas despesas correntes é o confirmar da inevitabilidade destas despesas, próprias da alimentação do sistema.

As despesas correntes previstas para 2004 eram de 19,279 milhões de euros e já foram estabelecidos compromissos equivalentes a 17,070 milhões de euros, a que apesar de tudo só corresponderam 13, 365 milhões de euros de pagamentos, o que equivale a um nível de realização dos pagamentos de 69,3, sendo que a previsão de 2005, ainda assim mereceu um aumento para

20,425 milhões de euros: as despesas de capital previstas para 2004 eram de 30,507 milhões de euros e já foram estabelecidos compromissos equivalentes a 23,453 milhões de euros, a que apesar de tudo só corresponderam 7,674 milhões de euros de pagamentos, o que equivale a um nível de realização dos pagamentos de 25,2, sendo que ainda assim a previsão para 2005 surge acrescida e situando-se no valor de 35,808 milhões de euros; é evidente a propensão desta gestão socialista em executar melhor as despesas correntes do que as despesas de capital, o que é próprio do seu ADN. Um aspecto positivo do Orçamento para 2005 é a previsão da diminuição da dívida a instituições financeiras e bancárias, o que a cumprirem-se as regras do manual da gestão socialista, será compensado, e mais que compensado, pelo elevar da dívida a fornecedores e outras instituições, designadamente Juntas de Freguesias, Clubes e Associações, em que o resultado global será mais uma vez o aumento da dívida e o encargo dos vindouros. Até concordaria com o partilhar dos sacrifícios com as gerações vindouras, por uma boa causa, em que o investimento fosse privilegiado, o que não concordamos é que se imponham aos vindouros o pagamento dos faustos, luxos e coisas acessórias."

O Sr. Presidente e os Srs. Vereadores Pedro Ferreira, Lobo Antunes, Mário Mota, apresentaram a seguinte declaração de voto:

“ Conforme referido na Memória Descritiva do Plano de Actividades para 2005, não pretendemos nem devemos dissociar o último ano do ciclo de mandato 2001/2005, do que propusemos e projectámos para o referido mandato para o nosso Concelho através do PPI-PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS.

Afinal, o que propusemos hoje a aprovação, identifica de forma fisicamente visível o que já concretizámos desse PPI até ao momento, o que está em curso, e o que finalmente iremos concluir no próximo ano.

A acrescer ao esforço financeiro projectado e aplicado nos últimos três anos, propomos a assumir mais um desafio orçamental de 56.234.709,19 euros, cerca de mais 6.500.000,00 euros (um milhão e trezentos mil contos) do que em 2004.

Apesar dos montantes envolvidos, temos consciência da captação de receitas possível de obter, por meios próprios e fruto de apoios oficiais, quer por contratos-programa com o governo, quer através de fundos comunitários.

Claramente, estão identificadas as grandes obras que pesam no Orçamento em apreciação. Falamos do Palácio dos Desportos, da nova Biblioteca, das novas Piscinas, da recuperação do nosso Cine-Teatro Virgínia e do Centro de Ciência Viva.

Ficáramos na nossa História, por termos perdido a oportunidade de não as concretizar.

Pretendemos ficar na nossa História, por as ter conseguido levar a cabo numa conjuntura, diríamos única, de conseguir apoios para as poder fazer, e sem comprometer respostas a outros sectores da vida municipal.

Perante dados técnicos, indesmentíveis, dos nossos Serviços, constatámos que houve uma boa arrecadação de receitas ao nível da gestão corrente, registando-se um resultado positivo até ao momento, em cerca de 300.000,00 euros.

Face a este contexto, entendemos ter previsto com razoabilidade um natural aumento nas mesmas receitas para 2005, nomeadamente em taxas de urbanismo em novos loteamentos, na publicidade em mupis, numa fiscalização mais eficaz em vários sectores, na venda de Direitos de Superfície em terrenos da SOPOVO e na captação de receitas por rendas devidas da EDP, futuro parque subterrâneo, Tagusgaz e outras empresas particulares que utilizam o nosso solo e subsolo.

Nas receitas de Capital, onde previmos um aumento de 3000.000,00 de euros para 2005, tomámos em consideração apenas um aumento em relação a 2004 na venda de terrenos em cerca de 1.000.000,00 de euros, face a uma perspectiva de venda do terreno onde se encontram as velhas oficinas nas Ferrarias e com potencial para um bom loteamento a desenvolver por particulares interessados, para lá das participações oficiais para algumas obras de vulto, nomeadamente do IPLL/Biblioteca, para a iluminação da saída da A23, da Integração da EN3, da desclassificação da EN358, da DGT/Passagem superior de Riachos, do IFADAP/Caminhos Agrícolas e do PRODEP, entre outros.

Tentámos não descurar nenhum sector da vida municipal e assim, para lá das grandes obras atrás referenciadas, continuámos a apostar na pavimentação das vias degradadas de todo o concelho, contemplando todas as Freguesias, na expansão dos TUT, na melhoria das condições técnicas e humanas do ensino pré-primário e primário, modernização do sistema administrativo da autarquia, aumento do apoio às colectividades de cultura, recreio e desporto segundo uma nova filosofia que irá ser amplamente divulgada face a um estudo recente para animação nestas áreas da sociedade, continuação do polvilhar de zonas verdes por todo o concelho, conclusão do processo de revisão do PDM, recuperação do centro histórico e de zonas degradadas das nossas aldeias e

finalmente, atentos ao desenrolar do processo de saneamento, prontos para intervir no estritamente necessário, até que o Concurso para Concessão deste sector chegue ao seu término.

Entendemos destacar que, de uma forma expressiva, contemplamos no orçamento a futura Zona Industrial do Norte do Concelho, finalmente com possibilidades técnicas de podermos avançar após conclusão dum processo partilhado com industriais do norte do concelho, que criaram uma Comissão Instaladora, a CIZINC.

Perante um Plano e Orçamento tão ambiciosos quanto realistas, entendemos importante destacar que perante um último Orçamento, o de 2004, representando 49.787.436,58 euros, conseguimos até esta data concretizar 77% do PPI e 81% do PA em termos de despesas cabimentadas, conseguindo durante a execução do mesmo baixar a dívida global em 255.506,00 euros, estando ainda por receber de fundos comunitários já com pedidos de pagamento entregues e representativos de facturação paga, 662.990,00 euros, ficando ainda a possibilidade de podermos recorrer a um empréstimo especial, BEI, no valor de 1.344.000,00 euros.

Concluindo, estamos inequivocamente perante o maior Orçamento de todos os tempos do município, com o maior número de obras de vulto e realisticamente defensável no equilíbrio das receitas necessárias.

Terminará assim o Ciclo da TARRIS 21, orgulhosamente cumprido a bem do Concelho de Torres Novas.”-----

O **Sr. Presidente** declarou encerrada a reunião pelas vinte horas, da qual para constar se lavrou a presente acta.

E eu Chefe da Secção de Apoio aos Órgãos
Autárquicos, a redigi, subscrevo e vou assinar juntamente com o Excelentíssimo
Presidente.-----